

RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.065 - AC (2018/0284155-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE
RECORRIDO : J T DE O
ADVOGADO : FRANCISCO ARMANDO DE FIGUEIRÊDO MELO E
OUTRO(S) - AC002812

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE**, com amparo no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo respectivo Tribunal de Justiça, assim ementado:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 213 DO CÓDIGO PENAL (REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 12.015/09). EXISTÊNCIA DE OMISSÕES QUE TIVERAM O CONDÃO DE INFIRMAR OS TESTIGOS CONTRADITÓRIOS APRESENTADOS PELA VÍTIMA. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Constatando-se que o Acórdão embargado incorre em diversas omissões, as quais se analisadas teriam o condão de infirmar os depoimentos apresentados pela vítima, inegável a necessidade de acolher os aclaratórios com efeitos modificativos para restabelecer a sentença de primeiro grau.
2. Acolhimento dos Embargos de Declaração com efeitos infringentes." (e-STJ, fl. 387).

Nas razões recursais, a acusação sustenta violação do art. 619 do Código de Processo Penal, bem como dos arts. 213, 224-A e 226, II, todos do Código Penal.

Aduz, preliminarmente, que o vício de nulidade continua a permear o acórdão recorrido.

No mérito, sustenta que a palavra da vítima não pode ser afastada no caso de crime sexual, tanto mais por meio de via inadequada como os embargos de declaração.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ fls. 456-471).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (e-STJ, fls. 529-533).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese dos autos, não se verifica violação ao art. 619 do CPP. Em novo exame dos aclaratórios, o Tribunal de origem entendeu que os embargos mereciam efeitos infringentes ante várias teses defensivas ignoradas pelo *decisum* anterior:

"Entretanto, em verdade, diante da apreciação de argumentos não analisados em sede de recurso de Apelação, vislumbrou-se não só a necessidade de acolher os aclaratórios, como também lhe conceder os efeitos infringentes.

Na ocasião, desprezou-se completamente os argumentos defensivos no sentido de que:

[...]

B) uma menina, supostamente virgem, pudesse ter a sua primeira relação sexual dentro da sala da diretoria ou, pior ainda, dentro da sala de aula, sem que ninguém percebesse, no horário das aulas;

C) da total impossibilidade do ora Embargante praticar os fatos dentro da sala da diretoria, quando naquele ambiente também laborava a Coordenadora Administrativa da Escola e todas as criança que ali adentravam eram levadas pelo auxiliar da escola ou por professores;

[...]

E) Da vítima ter ido à escola, mesmo após a prática dos fatos e sua descoberta e repercussão nesta cidade, em busca de conversas com o Embargante, ainda que na sala da diretoria duas outras pessoas sempre se faziam presentes ou de que mesmo após as atividades escolares seria impossível eles ficarem a sós, haja vista que se iniciavam os trabalhos de faxina.

Dada a realização do apontamento de todo esse contexto seria totalmente inviável fechar os olhos e deixar de fazer um paralelo com os testigos apresentados pela vítima, o qual, repise-se, restaram totalmente contraditórios em pontos cruciais do processo.

[...]

Dessa feita, inexistente outra alternativa senão acolher os aclaratórios com efeitos infringentes para negar o recurso do Ministério Público e manter a sentença absolutória, deixando de tecer maiores digressões a respeito de pontos ligados a existência de contradições e omissões na dosimetria do Embargante dada a sua prejudicialidade." (e-STJ, fls. 399-401)

Com efeito, é certo que “não verifica a alegada violação do art. 619 do CPP, na medida em que o acórdão recorrido enfrentou todos os pontos relevantes ao deslinde da controvérsia, adotando, contudo, solução jurídica contrária aos interesses do recorrente. Ausente, portanto, a alegada negativa de prestação jurisdicional.” (AgRg no REsp 1.664.437/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018)

No que toca à tese de violação dos arts. 213, 224-A e 226, II, do CP, é importante destacar que a Corte local absolveu o acusado a partir dos dados fático-probatórios constantes dos autos. Portanto, rever as conclusões alcançadas pela instância ordinária, nos moldes como requerido no presente recurso, demandaria, necessariamente, reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator